

A. I. N° - 279933.0016/05-3
AUTUADO - BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.
AUTUANTE - ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS
ORIGEM - INFAZ SANTO AMARO
INTERNET - 22.12.2005

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0476-01/05

EMENTA. ICMS. 1. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. BENS DE CONSUMO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Comprovado descaber parte do lançamento do crédito tributário. Infração parcialmente subsistente. **2.** CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. **a)** ATIVO PERMANENTE. **b)** SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO. Autuado comprova a não utilização dos créditos fiscais. Infrações insubsistentes. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 30/09/2005 exige imposto no valor de R\$12.868,87, pelas seguintes razões:

- 1) Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento, nos meses de janeiro, março a maio, julho a dezembro de 2001, janeiro a abril, junho a setembro e novembro de 2002, março, maio, agosto a outubro de 2003, no valor total de R\$ 11.447,70;
- 2) Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente aquisição para integrar o ativo permanente do estabelecimento, no mês de fevereiro de 2001, no valor de R\$ 832,58;
- 3) Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a serviço de transporte interestadual ou intermunicipal não vinculado a operação com mercadoria com saída subsequente tributada. Fretes referentes transporte de mercadorias para seu uso e consumo, conforme cópia do CTCR, no mês de maio de 2001, no valor de R\$ 588,59.

O autuado, às fls. 242/246, através de seu procurador legalmente constituído, apresentou defesa alegando ser flagrantemente improcedente as infrações 02 e 03 e parcialmente improcedente a infração 01.

Asseverou que em relação à infração 02, a autuante aponta a nota fiscal nº 15172 alegando que o autuado utilizou o crédito fiscal; no entanto, de acordo com o livro Registro de Entradas e Apuração do ICMS, não houve lançamento de crédito de imposto. E, em relação à infração 03, afirmou o autuado que o seu livro de Apuração comprova ter havido estorno do valor do crédito lançado.

Na infração 01, o autuado reconheceu ser devida parte da exigência do tributo. Alegou que os valores relativos aos documentos fiscais a seguir relacionados foram pagos a diferença de alíquota através de lançamento em conta gráfica – livro Registro de Apuração, onde consta o total do ICMS lançado devido em “débito do imposto”. NF 59735, 59736 e 59753 (março de 2003), diferenças de alíquota nos valores de R\$ 705,99, R\$ 720,69 e R\$ 686,67, num total de R\$ 2.113,35; NF

8550 (maio de 2003), valor R\$ 580,12; NF 17033, 131250, 211645 e 35635, nos valores de R\$ 367,50, R\$ 104,52, R\$ 29,20 e R\$ 181,90, num total de R\$ 696,12.

Requeru a anulação do Auto de Infração. Caso não atendida que seja julgado improcedente as infrações 02 e 03 e parte da infração 01. Protestou, ainda, pela juntada posterior de documentos.

A autuante, às fls. 360/361, informou que os valores lançados referente às notas fiscais nºs 59735, 59736 e 59753, foram estornados no RAICMS de forma correta; entretanto, na relação fornecida pelo autuado não constam os valores de tais documentos (fls. 163 e 228 do PAF), referente ao lançamento no livro RAICMS sem inclusão de tais valores. Disse não constar a nota fiscal 8550, no valor de R\$ 5.801,25 e, nesse caso, apresentando nova planilha, o autuado comprova o correto lançamento no livro fiscal, elidindo tal cobrança.

Em relação às notas fiscais de dezembro de 2002 (fls. 156 a 159), esclareceu que o autuado traz nova planilha com tais notas datadas de janeiro de 2002, não se tratando das notas fiscais referidas no Auto de Infração.

Infração 02 – Informou que, tocante a nota fiscal nº 15172 de 23/02/2001, a mesma se encontra registrada no seu arquivo magnético com a utilização do crédito no livro Registro de Entradas.

Infração 03 – Autuado elide a acusação comprovando o estorno dos créditos fiscais relativos às notas fiscais nºs 118 e 123.

Concluiu considerando improcedentes os valores de R\$ 580,12 (infração 01) e R\$ 588,59 (infração 03), mantendo-se devido a parcela restante do Auto de Infração.

VOTO

Das peças que compõem o presente processo, verifico que a autuação decorreu da falta de recolhimento do ICMS pela diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao consumo pelo estabelecimento; da utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente aquisição de ativo fixo do estabelecimento e, de serviços de transporte interestadual de mercadorias para uso e consumo.

Analisando as peças processuais, em relação ao item 01 da autuação em que o autuado impugna parte do lançamento sob o fundamento de que não foi observado pelo autuante o valor lançado no livro Registro de Apuração, na coluna “débito do imposto” em relação aos documentos fiscais nºs 17033, 131250, 211645 e 35635, mês de janeiro de 2002, no valor de R\$ 696,12; nºs 59735, 59736 e 59753, mês de março de 2003, no valor de R\$ 2.113,35 e; nº 8550, mês de maio de 2003, no valor R\$ 580,12, constato que os documentos fiscais arrolados nos meses de março e maio de 2003 estão devidamente comprovados os lançamentos no livro Registro de Apuração, descabendo a exigência do crédito reclamado em relação a tais valores. Já no tocante ao valor apontado nos documentos de janeiro de 2002, não vislumbro nos autos a comprovação de tal pagamento ou lançamento. Assim, o valor do débito apontado neste item da autuação passa de R\$ 11.447,70 para R\$ 8.754,23.

Na infração 02, o autuado comprova não ter havido destaque do imposto em relação à nota fiscal nº 15172, como se verifica do livro Registro de Entradas (fl. 345) e do livro Registro de Apuração (fl. 346). Não havendo, desta forma, o que se falar em utilização indevida de crédito fiscal, já que tal fato não ocorreu. Também, em relação a infração 03, o autuado comprova ter efetuado o estorno do valor do crédito lançado, no livro de Apuração, fato confirmado pelo autuante, na sua informação fiscal. Desta maneira, comprovado descaber a exigência do crédito reclamado em relação às infrações 02 e 03 do Auto de Infração.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, devendo ser homologada a quantia já recolhida.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração **nº 279933.0016/05-3**, lavrado contra **BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$8.754,23**, acrescidos da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “F”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado-se a quantia já recolhida.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de dezembro de 2005.

CLARICE ANÍZIA MÁIMO MOREIRA – PRESIDENTE/RELATORA

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - JULGADOR